

O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL

Amabile Furlan¹

RESUMO:

Este artigo apresenta uma reflexão sobre Serviço Social e questão social, tomando por base as idéias e análises veiculada na produção teórica de cientistas sociais e de professores e profissionais do Serviço Social a partir de 1996 até neste início de milênio. Procura relacionar o entendimento que se tem sobre a questão social e o posicionamento da profissão do Serviço Social diante dela. O serviço Social toma a questão social como eixo central, tanto sobre o ponto de vista teórico, quanto sobre a sua prática. O que requer tornar vivo o debate sobre esta relação, onde também comparecem as categorias: trabalho, proteção social e Estado. Este último, como regulador das relações que se estabelece neste campo.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social, Serviço Social, Trabalho, Proteção Social, Estado.

O Serviço Social, como área de conhecimento trabalha com a problemática da vida social, considerando o contexto de desenvolvimento integral do homem, compreendido enquanto ser social, passando por uma visão crítica de seu cotidiano,

¹ Doutora e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assistente Social pela Universidade de Ribeirão Preto. Professora no Curso de Serviço Social do ISCA Faculdades de Limeira SP. Atividade: Empresa de Consultoria: Amabile Furlan Consult – Desenvolvimento Humano e SP.

buscando aprofundamentos históricos, sociais, econômicos, culturais, psicológicos, entre outros.

A profissão do Serviço Social se constitui historicamente como uma forma de especialização do trabalho coletivo, uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Seu significado social e ideo-político se inscrevem no âmbito das relações entre as classes sociais fundamentais, suas frações e das relações desta com o Estado brasileiro em quadros conjunturais específicos, através de um conjunto de práticas acionadas no enfrentamento da questão social.

Ao considerar a questão social como eixo central, o Serviço Social assumiu um caminho teórico metodológico que permite apreender as especificidades das demandas e repostas profissionais na dinâmica da realidade. Desse modo, a questão social em suas múltiplas expressões conforma a matéria-prima do trabalho profissional. Trata-se de apreender as novas configurações da questão social, desenvolvendo a lógica de suas determinações no contexto das profundas transformações que vêm sendo operadas no mundo do trabalho, com amplas repercussões na esfera do Estado, nas novas conformações assumidas pela sociedade civil, assim como nas mudanças no campo da cultura e da subjetividade. Estes processos históricos reais se expressam em situações concretas que mobilizam a ação profissional e, ao mesmo tempo, indicam as possibilidades reais de recriação do seu exercício (CADERNO ABESS, nº 8, 1998).

A formação profissional tem na questão social sua base de fundação sócio histórica, o que lhe confere um estatuto de elemento central e constitutivo da relação entre profissão e realidade social, compreendida no seu movimento contraditório. Entende-se que

a apreensão da sociedade brasileira é tida como base para a definição das diretrizes fundamentais da formação na explicitação de sua direção social.

Em relação ao entendimento e a concepção sobre a questão cabe esclarecer que ela não é unívoca, pois encerra diversas interpretações que se desdobram em múltiplas possibilidades de leitura, e diferentes denominações, bem como, distintas explicações. A construção de cada conceito é determinada a partir da base de análise adotada. Estes diferentes enfoques estão representados nos aspectos econômicos, políticos e culturais.

A concepção que a vê a partir de sua indissociabilidade com as questões assumida pelo trabalho, afirma que ela está situada na arena de disputas entre projetos societários, na condução de políticas econômicas e sociais distintas; sua produção e reprodução apresentam características de acordo com diferentes contextos históricos e geográficos: as disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais estabelecem relações diversas entre os seguimentos da sociedade civil e do Estado.

A questão social foi explicitamente colocada pela primeira vez em 1830, nos primórdios da industrialização. É a ameaça de fratura, quando as primeiras concentrações de proletários acampam na sociedade industrial, sem estarem nela encaixados, integrados. Cortadas de seus vínculos rurais ameaçam a ordem social, seja pela violência revolucionária ou como uma doença sob a forma de pobreza extrema.

Assim sendo, foi uma necessidade social problematizada por atores estratégicos - o pauperismo das massas trabalhadoras, no século XIX - que desencadeou o processo de constituição da questão social, num quadro particular de relações entre classes antagônicas e de conscientização dos dominados das determinações sociais e políticas daquela necessidade. Nesta perspectiva a questão social constitui um estágio mais avançado.

conflituoso e consciente do movimento de reação das classes subalternas à dominação social capitalista, exigindo definições dos atores em presença. Nesse sentido, Yamamoto (1991, p. 77) diz que a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

Potyara Pereira (2001) entende que a Questão social sempre expressou a relação dialética entre estrutura e ação na qual os sujeitos estrategicamente situados assumiram papéis politicamente fundamentais na transformação de necessidades sociais em questões, com vistas a incorporá-las na agenda pública e nas instancias decisórias.

O Serviço Social tem a questão social como elemento central na relação entre a profissão e a realidade. Entende que ela diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção. Desse modo, a questão social, matéria prima da intervenção profissional dos assistentes sociais, assume novas configurações e expressões, entre as quais a insegurança e vulnerabilidade do trabalho e a penalização dos trabalhadores .

Sendo uma profissão de intervenção, o Serviço Social vê a manifestação da questão social sob diferentes expressões, uma vez que suscita enfoques diferentes e contraditórios. Assim, as reivindicações, os protestos e as revoltas não se esgotam no nível da economia e da política, implicam aspectos culturais que podem levar tanto à reforma das relações e instituições sociais como a sua revolução.

Conforme destaca Ianni (1996), há diferentes modos de expressar o conceito que a questão social encerra. Há aqueles que procuram equacioná-la e por isso a chamam de desemprego, subemprego, marginalidade, periferia, pobreza, miséria, menor abandonado, mortalidade infantil, desamparo, ignorância, analfabetismo, agitação, baderna, violência, caos, subversão; há os que falam em harmonizar trabalho e capital, conciliação de empregados e empregadores, paz social, pacto social; Há os que a identificam com Movimento social, pauperismo, protesto, invasão de terras, ocupação de habitação, saque, expropriação, revolta, revolução.

Essas são algumas das expressões mais freqüentes no pensamento e prática de cientistas sociais, jornalistas, políticos, membros de tecnocracia pública e privada, civil e militar e outros. Apanham aspectos básicos das desigualdades sociais que atravessam a sociedade brasileira. Mas sempre repõem a questão social, como uma dimensão importante dos movimentos da sociedade nacional.

Ao referir-se à questão social, Yazbek (2001), destaca que pobreza e exclusão social resulta da questão social que perpassa a vida das classes subalternas no cotidiano da sociedade, onde o Serviço Social realiza a sua intervenção. Nesse contexto está presente o sistema de proteção social com as políticas públicas. Este sistema foi sempre precário em nosso país, mas na contemporaneidade enfrenta uma crise global, particularmente no que se refere às políticas sociais.

Yazbek (2001) vê a questão social como resultado da divisão da sociedade em classes que se apropria da riqueza socialmente produzida de forma extremamente diferenciada. Desse modo, ela coloca em questão a luta pela apropriação da riqueza social.

Esta é uma questão que se reformula e se redefine, permanecendo substancialmente a
Serviço Social & Saúde Campinas v. 5 n. 5 p. 1 – 218 Maio 2006

mesma pelo fato de ser estrutural, isto é, baseada num modelo de formação econômico social excludente.

A conjuntura atual vem causando impactos devastadores sobre o trabalho imprimindo nele novas configurações e expressões que são as transformações das relações de trabalho; a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados da sociedade que vêem seus apoios, suas conquistas e direitos ameaçados.

Neste cenário encontra-se um elevado contingente de brasileiros em condições de pobreza, exclusão e subalternidade cujas condições de desigualdade vem aumentando continuamente, principalmente a partir de 1990. O Brasil é um campeão de concentração de renda e riqueza, registrando um elevado nível de desigualdade. Indicadores sociais do IBGE e IPEA de 1999 aponta que 1 rico ganha o mesmo que 50 pobres o que significa que 1% da população brasileira detém 13,8% da renda total do país, enquanto 50% mais pobre ficam com 13,5%. Um dado que se apresenta com maior gravidade é a existência de 60 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza e destes 24% vivem com R\$50,00/mês, ou seja, abaixo da linha da indigência.

A pobreza é fenômeno multidimensional (não se restringe ao usufruto de bens, serviços e à riqueza socialmente produzida), é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças. Configura um modo de pertencimento e de inserção na vida social. Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de um modo de inserção que se faz pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída.

Diante desse quadro afirma Yazbek (2001), que a subalternidade diz respeito à ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração que mostram

Serviço Social & Saúde Campinas v. 5 n. 5 p. 1 – 218 Maio 2006

um leque de desigualdades, injustiças e opressões que acabam por reproduzir a desigualdade (de gênero, etnia, raça, etc.), expressando as relações vigentes na sociedade. Essas relações produzem e reproduzem as desigualdades no plano social, político, econômico e cultural atribuindo um lugar para o pobre na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, por seu modo de expressar-se e por seu comportamento social. O mundo ocupado pelos dominados não está contraposto ao mundo dos dominadores. Eles possuem pontos de contato, exatamente onde o domínio se exerce. Do ponto de vista cultural são realidades que se interpenetram sem linhas rígidas de demarcação. Paradoxalmente, observa-se que as ações e representações das classes subalternas correspondem às características impingidas pelo lugar que ocupam na trama das relações sociais.

Uma outra face da pobreza é o descarte da mão de obra barata que faz parte da expansão capitalista, que em última instância será mão de obra sobrando com desemprego de longa duração, trabalho precário e instável.

O discurso dos direitos e da cidadania tinha pertinência ao cenário público, hoje é ocupado pelo discurso humanitário da filantropia tão bem ao gosto dos neoliberais que querem assistir os pobres desde que não se transforme em direito e ou políticas públicas dirigidas à justiça e à igualdade. Assim, as seqüelas da questão social se transformam em alvo de ações solidárias e da filantropia revisitada .

Há hoje um sucateamento dos serviços públicos, uma desqualificação de políticas sociais, destituindo direitos trabalhistas e sociais. A filantropia não produz direitos, pois está ligada à iniciativas morais de ajuda aos necessitados. Hoje o Brasil apresenta uma

legislação² garantidora de direitos. No entanto, enquanto o país legal assegura direitos, o país real gera pobreza.

Corre-se o risco de uma grave regressão dos “Serviços Sociais” abrindo o caminho de volta ao assistencialismo e ao clientelismo, transformando em favor o que é direito. Eliminando uma política universal garantidora de direitos se constrói uma forma despolitizada na abordagem da questão social, fora do mundo público.

Para construir um projeto ético-político na direção de uma sociabilidade há que se fundar a política como espaço de criação e de universalização de direitos. E, aqui cabe algumas indagações: como construir este projeto no tempo miúdo da ação profissional, trabalhando com o homem comum, fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, mas que quer mudar a sua vida e construir sua história? Como resgatar esse homem comum que se apresenta diante de nós com fome, analfabeto, sem trabalho, vítima de violência, criança, adolescente, mulher, velho desamparado, etc.? Como apoiar seu processo emancipatório, criar condições para ao seu protagonismo, compreender a dialética de um fazer história à margem da realidade dominante e das idéias dominantes?

A intervenção profissional do assistente social se dá num terreno de disputa onde está colocado o desafio de construir, reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos de cidadania.

Para Robert Castel (1998) a questão social é um desafio que questiona a capacidade de uma sociedade de existir como um todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência.

² Ver Constituição Federal, 1988. Capítulo da Seguridade: Saúde, Previdência e Assistência, regulamentado por legislação específica (LOAS, LOS, ECA, Idoso, etc.).

O debate sobre a manifestação da questão social apresenta na atualidade uma nova versão sobre ela, afirmando que a questão social não representa apenas a constituição de uma “periferia precária”, mas também o da “desestabilização dos estáveis” que atinge algumas áreas de emprego que estiveram estáveis durante muito tempo.

Não há nada de marginal nessa dinâmica. Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológicas e econômicas da evolução do capitalismo moderno. Assim a precarização conduz a uma desestabilização dos estáveis que contribui para aumentar a vulnerabilidade social.

O crescimento da vulnerabilidade é produto da degradação das relações de trabalho e das proteções correlatas que produzem uma nova questão social.

Não se trata de pauperismo, mas sim de precarização que não sendo controlada ou reduzida continuará alimentando a desfiliação, tal como vem fazendo desde a década de 1970, colocando em risco a coesão social.

Existe uma forte relação entre integração pelo trabalho (emprego estável, emprego precário, expulsão do emprego) e a participação nas redes de sociabilidade (inserção relacional forte, frágil e isolamento).

Sobre estes dois eixos estão inseridas quatro zonas diferentes, configuradas por características sociais específicas, determinando um modo de inserção para cada segmento envolvido, conforme se pode observar nas colunas abaixo:

1ª. zona integração	2ª. zona vulnerabilidade	3ª. zona desfiliação	4ª. Zona assistência
Estar dentro da zona de integração significa dispor de garantia de trabalho permanente e capacidade de mobilizar suportes relacionais sólidos.	A zona de vulnerabilidade associa precariedade do trabalho e fragilidade relacional	A zona de desfiliação conjuga ausência de trabalho e isolamento social	Significa uma zona associada ao não trabalho, ou seja, da dependência segurada e integrada. É diferente ao mesmo tempo da zona de integração autônoma pelo trabalho e da zona de exclusão pelo não trabalho e pela não inserção (desfiliação). Representa uma dependência integrada pela Seguridade.

O equilíbrio entre as diferentes zonas (integração, vulnerabilidade, desfiliação, assistência) serve como indicador para avaliar o nível de coesão social de uma dada sociedade; por isso, a zona de vulnerabilidade ocupa um lugar estratégico, mas, aberta e em expansão, alimenta as contradições, colocando em risco a estabilidade e a coesão social (PASTORINI, 2003).

Castel, chama a atenção a respeito do seguinte aspecto: as antigas formas de solidariedade encontram-se hoje numa fase de esgotamento, que exige uma outra forma de intervenção estatal (que não significa menos Estado, nem mais Estado), ou seja, requer um Estado estrategista (Estado Protetor), já que sem proteção social não se pode pensar em coesão social.

Sem a intervenção estratégica do Estado, cada vez mais, a sociedade passa a ser de indivíduos numa crescente desagregação dos princípios de solidariedade em decorrência da desresponsabilização do Estado de sua função de proteção dos direitos de cidadania.

ABSTRACT:

This article presents a reflection on Social Work and Social Subject, its concepts and analyzes, based on the theoretical production of social scientists and social work professors from 1996 to the beginning of the milenium. The notion of social subject and its relationship with the social profession is emphasized. The social subject is taken by the enhances the debate about work, socio protection and state categories. The last, as a regulating category established in this field.

KEYWORDS: Social subject, Social work, Work, Social protection, State.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CADERNOS ABBES nº 8. **Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social.** Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.** Tradução: Iraci D. Poletí. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. **As transformações da questão social.** In *Desigualdade e a questão Social*. BÓGUS, L. YASBEK C. WANDERLEY M. B. (org.) São Paulo, 1997: (161-190).

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil Moderno.** São Paulo. Brasiliense. 1996.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria questão social em debate.** São Paulo, Cortez, 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. **Questão social, Serviço Social e Direitos de Cidadania.** In TEMPORALIS. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2 n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001: P: 51-61.

IAMAMOTO, Marilda. **A questão social no capitalismo.** In TEMPORALIS. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2 nº.3 jan/ jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001 p. 9-32.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social.** In TEMPORALIS. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2 nº.3 -jan/jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001 p. 33/ 40.

